



PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Secretaria de Apoio Jurídico
Procuradoria Municipal

Inovações e implementações na Procuradoria Fiscal e Tributária na presente gestão.

A Procuradoria Fiscal e Tributária, Órgão do Executivo Municipal, é parte concernente da Secretaria de Apoio Jurídico, e está sendo gerida, na presente gestão, pela Dra. Melissa Pulice da Costa Mendes - Secretária de Apoio Jurídico.

Com apoio, orientação e supervisão da Dra. Melissa Pulice da Costa Mendes foram desenvolvidos um leque de inovações e implementações às quais estão abaixo relacionadas.

Porém, antes de inventariar os atos de administração e implementação na Procuradoria Fiscal e Tributária, é de suma importância fazer constar que o departamento sofreu uma quebra de paradigma, porquanto o suporte oferecido e as ações implementadas promoveram um contraste positivo profundo na arrecadação, na qualidade e controle dos trabalhos.

Ações pioneiras como projetos em parceria com o Tribunal de Justiça para trabalho em conjunto com o Setor de Execuções Fiscais, digitalização de autos judiciais, trabalho com os Fiscais de Posturas Municipais para promover atestados servíveis em processos judiciais, aumento do quadro de servidores, gerenciamento dos processos físicos prescritos, são fatos e fatores que promoveram avanços positivos na Procuradoria Fiscal e Tributária.

Os ganhos e melhorias que seguem relacionados têm o escopo de manter o norte do departamento, reconhecendo um centro sinérgico “na figura da secretária” que potencializou a PFT e não deve ser esquecido ou esquecido.

CRIAÇÃO DE SETORES OU DESCENTRALIZAÇÃO DOS TRABALHOS NA PFT.

1-) Setor de análise/conferência dos lançamentos fiscais enviados pelo departamento da Dívida Ativa para serem ajuizados. Conferência que potencializa o ajuizamento de execuções fiscais hígidas. Setor gerido pelos servidores Keller Anderson Nishikawa, Maria Alexandra A. Monteiro e Luís Otavio R. Santos.

Esclarecimento: a atividade de controle de hígidez das CDA(s) a serem ajuizadas somente foi possível com o acréscimo paulatino de servidores na presente gestão.

2-) Setor responsável pelo levantamento e contabilização dos valores penhorados ou depositados nos autos judiciais “de todas as Procuradorias Tributária, Judicial e Trabalhista” gerido pela servidora Mirela Coiasso. O setor centralizou as tratativas administrativas e bancárias de contabilização evitando os mais diversos



PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Secretaria de Apoio Jurídico
Procuradoria Municipal

imbróglis que ocorriam quando uma multiplicidade de mais de trinta procuradores tratavam do assunto.

Esclarecimento: a assunção de responsabilidade da PFT de contabilização dos levantamentos judiciais de toda a Secretaria, somente foi possível com o implemento paulatino de servidores na presente gestão.

3-) Setor de captação, triagem e distribuição de publicações, que passou a prescindir dos serviços da biblioteca nas publicações afetas ao andamento das Execuções Fiscais, gerido por Amanda Izídio, Rafael Pascucci e Renata Custódio.

Esclarecimento: a assunção de responsabilidade da PFT com as publicações evitou que a biblioteca tivesse seus trabalhos mais que dobrado com o início das execuções fiscais digitais, e somente foi possível com o implemento paulatino de servidores na presente gestão.

4-) Setor de atendimento ao munícipe para esclarecimentos de dúvidas sobre créditos ajuizados e andamento de processos judiciais, feito pelos analistas judiciais contratados na atual gestão.

Esclarecimento: as dúvidas e esclarecimento dos munícipes eram tratadas diretamente pelo Procurador responsável pelo processo, fato que além de retirar o foco do Procurador nas defesas processuais, por vezes impedia a pronta resposta ao munícipe devido as disponibilidades de trabalho.

6-) Setor de logística de processos recebidos em carga pelo fórum e entregue em devolução. Os processos recebidos em carga, passaram a ser listados por código de barras e distribuído entre servidores e estagiários, sendo que é indicado no sistema SIRF para quem foram entregues os processos.

Na devolução, o processo é novamente listado, e somente é entregue ao fórum com chancela de recebimento pelo Escrevente Judicial. Por fim, a lista de entrega é enviada para um banco de dados no *google drive*.

Tais medidas têm evitado alegações do fórum de extravio de processos judiciais, observa-se que desde a adoção da medida em 2018, não houveram mais expedições de mandado de busca e apreensão, porquanto, temos contraprova de entrega dos autos com chancela/assinatura do escrevente judicial responsável.

Esclarecimento: O departamento de logística somente foi possível com a vinda do servidor Hélio Pereira de Carvalho com conhecimentos técnicos de cibernética, administração e logística em 2017.



PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Secretaria de Apoio Jurídico
Procuradoria Municipal

INTERFACE.

1-) Interface com o fórum Setor de Execuções Fiscais, mediante convênio firmado de mútua ajuda. A PFT tem feito visitas semanais ao fórum e realizado trabalhos de forma integrada, isso desde 2017.

2-) Interface com o Departamento da Receita com reuniões periódicas, intercâmbio de materiais, teses e livre trânsitos dos servidores entre os departamentos, tratativas que se iniciaram em 2017.

PROJETOS EM QUE HOVERAM ALTERAÇÕES DE ROTINAS.

1-) Criação da Lei Municipal nº 9757/2018, que definiu créditos de pequeno valor para ajuizamento evitando o asoeramento do judiciário e melhor gestão do crédito Municipal.

2-) A digitalização de todos os processos administrativos físicos da Procuradorias Fiscal e Tributária, da Procuradoria Judicial e início dos trabalhos na Procuradoria Trabalhista, projeto iniciado em 2019.

3-) A triagem e classificação dos devedores “contumazes” em lista para futuros trabalhos, projeto iniciado em 2019.

4-) Identificação pelo sistema satelitário “Observa” das áreas com maiores endividamentos de IPTU e Multas, tratativas iniciadas em 2020.

5-) Utilização do sistema satelitário “Observa” para elaboração de defesa em processos com alegação de que a área urbana tem destinação agrícola/pecuária o que afastaria a incidência do IPTU, iniciado em 2020.

6-) Distribuição de trabalhos por matéria entre os Procuradores, fato que otimizou sobremodo o trabalho, unificou procedimentos e teses defensivas, melhorou o acompanhamento dos processos, pois, do contrário, em respeito a autonomia do Procurador, havia uma multiplicidade de comportamentos processuais em processões idênticos, implementação ocorrida em janeiro/2019.

8-) Trabalho em 2020 para disciplinar a não incidência de IPTU em área com destinação agrícola e pecuária, que culminou em parecer vinculante.

9-) Trabalho em 2020 para disciplinar a competência para reconhecimento de prescrição e decadência que cominará em decreto regulamentar.

10-) Trabalho em 2019 sobre instituto processual “negócio jurídico processual” para viabilizar a citação do executado após o parcelamento administrativo de débito executados.



PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Secretaria de Apoio Jurídico
Procuradoria Municipal

11-) Triagem de processos prescritos nos termos do art.40, §4º, da LEF, após o julgado recurso especial nº 1.340.553 RS, atividade iniciada em janeiro/2019.

12-) Fiscalização das empresas para constatação de encerramento irregular, iniciado em 2018, **inovação que rendeu indicação para prêmio Innovare do TJ/SP.**

13-) Alteração do software SIRF para viabilizar os demonstrativos de débitos das empresas em estado falimentar, implementado desde 2018.

14-) Indicação de súmulas administrativas com intuito de unificar as posturas e teses de trabalho, implementado em 2019.

15-) Digitalização pioneira na região, de Execuções Fiscais físicas feita pela municipalidade e integrada ao E-SAJ pelo Tribunal de Justiça de SP, tratativas iniciadas em agosto/2020.

ATIVIDADE ADMINISTRATIVA.

- 1-) Criação de logística para o ajuizamento digital das execuções fiscais.
- 2-) criação de setor de análise e tratativa dos grandes devedores.
- 3-) Triagem das CDA(s) na PFT antes de serem ajuizadas.
- 4-) Participação nas reuniões da GPTC.

HIGIENIZAÇÃO DE SISTEMA.

- 1-) Identificação de empresas baixadas na Receita Federal, para baixa de ofício no cadastro municipal, tratativas em 2020.
- 2-) Compra das Certidão de Registro de Imóvel para correta identificação da sujeição passiva do IPTU, evitando a extinção de Execuções Fiscais em decorrência da súmula 392 do STJ.
- 3-) Convênio com o sistema da Arisp para obtenção de matrículas, com o valor mitigado.

SOFTWARE DE AJUIZAMENTO EM MASSA E ANDAMENTO DIGITAL SIEX.

- 1-) Capacitação dos servidores para operar o software.
- 2-) Distribuição Judicial das Execuções Fiscais via software.



PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Secretaria de Apoio Jurídico
Procuradoria Municipal

3-) Criação de uma equipe de Procuradores e estagiários para promover o andamento processual nas Execuções Fiscais via software.

4-) Operação do software para coleta e processamento das publicações judiciais de andamento das Execuções Fiscais.

CONVÊNIO COM OS CORREIOS PARA CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DIGITAL.

1-) Gerenciamento das citações por sistema postal digital.

QUADRO DE SERVIDORES ACRESCIDOS NA GESTÃO.

1-) Agente administrativo:

a-) Lucia Helena, início da atividade maio/2017.

b-) Hélio Pereira de Carvalho, início da atividade junho/2017.

c-) Marcelo de Oliveira, início da atividade setembro/2017.

d-) Rafael Pascucci, início da atividade outubro/2018.

Observação: a servidora Lucia Helena foi remanejada à Procuradoria Trabalhista por requerimento do Gabinete.

2-) Cargo de Direção e Supervisão e Apoio:

a-) Ana Paula Domingos, início da atividade 2017.

b-) Francisco Carlos Pimentel, início da atividade janeiro/2019.

c-) Milton José da Silva – Supervisor.

d-) Keller Anderson Nishikawa – Supervisor.

Observação: Os servidores Ana Paula Domingos e Francisco Pimentel foram remanejados por Requerimento do Gabinete.

3-) Fiscais de apoio:

a-) Keller Anderson Nishikawa, início da atividade junho/2017.

b-) Luís Otavio R. Santos, início da atividade junho/2017.



PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Secretaria de Apoio Jurídico
Procuradoria Municipal

c-) Mirella Coiasso, início da atividade outubro/2019.

d-) Renata Nogueira Custódio, início da atividade outubro/2019.

4-) Analista Jurídico.

a-) Maria Alexsandra A. Monteiro, início de atividade março/2018.

b-) Adisson Luiz Madureira, início da atividade agosto/2019.

c-) Marcela Carolina Faria Duarte, início da atividade fevereiro/2020.

5-) Secretárias de apoio e atendimento.

a-) Kelle Cristina Magalhães, início das atividades agosto/2017.

b-) Zenilda Valerio Fernandes, início das atividades outubro/2017.

c-) Gislaíne G. S. Rodrigues, início das atividades junho/2020.

6-) Balcão de atendimento.

a-) Gilberto P. Faria, início das atividades agosto/2018

b) Luiz Miguel Santana, início das atividades junho/2018.

7-) Vagas Pró-Trabalho.

a-) Evelyn Alexandra Ribeiro, início das atividades junho/2019.

b-) Joao Batista Gomes de Andrade, início das atividades junho/2019.

c-) Francisco Valdinei Gonçalves, início das atividades março/2020.

d-) Amanda Vieira da Silva, início das atividades março/2020.

e-) Lisdinei Ribeiro Borges, início das atividades agosto/2019.

8-) Estágio.

a-) Foram acrescentadas 10 (dez) vagas de estágio em 2017.

SUPORTE FÍSICO PARA DESEMPENHO DO TRABALHO.

1-) Mobiliário, 40 (quarente) cadeiras padrão giratória com braço regulável.



PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Secretaria de Apoio Jurídico
Procuradoria Municipal

2-) Microcomputadores, foram trocados 38 (trinta e oito) computadores que estavam inservíveis.

NÚMEROS.

1-) Execuções ajuizadas:

2017 – 5.242

2018 – 9.662

2019 – 13.476

2020 – (ausência de ajuizamento em decorrência da pandemia)

2-) Média de valores arrecadados pelas Execuções Fiscais:

2017 – R\$: 16.719.332,00.

2018 – R\$: 18.295.666,00.

2019 – R\$: 34.975.762,00.

2020 – R\$: 24.112.000,00

3-) Despesas Processuais ressarcidas ao Município:

2017 – R\$: 74.794,15.

2018 – R\$: 121.196,08.

2019 – R\$: 454.084,17.

2020 – R\$: 188.752,17.

4-) Processos administrativos abertos:

2017 – 347.

2018 – 353.

2019 – 1369.

2020 – 853.



PREFEITURA SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Secretaria de Apoio Jurídico
Procuradoria Municipal

5-) Execuções extintas por pagamento:

2017 – 1792.

2018 – 1835

2019 – 1984

2020 – 1130

Observação: grande parte da arrecadação é advinda de processos parcelados e que serão extintos após a conclusão dos parcelamentos.

6-) movimentação das Execuções Físicas:

2017 – 7532.

2018 – 9118.

2019 – 13186.

2020 – 14212.

7-) Movimentação das Execuções Digitais:

2017 – 2.970.

2018 – 21.204.

2019 – 43.133.

2020 – 40.545.

CONCLUSÃO.

Com a mensuração dos acontecimentos e números acima correlacionados, fica crível que a presente gestão na PFT foi virtuosa, deu corpo departamento, o que refletiu positivamente na arrecadação e na melhoria dos trabalhos. O setor tem passado por momento de equilíbrio entre os servidores, as competências estão bem definidas, e existe suporte para o desempenho das atividades. A manutenção de apoio ao departamento entregará à PFT um futuro de protagonismo como ações acautelatórias contra empresas que soneguem tributação, medidas judiciais como ações de abandono, apontamentos para tratativas cadastrais, mobiliárias e imobiliárias, para a higidez de todo o sistema, entre outros.